

Quando Portugal virou “colônia”: política e colecionismo da comunidade imigrante portuguesa no Rio de Janeiro na virada do século XIX

Weslei Estradiote Rodrigues¹

 0000-0003-2566-7517

Como citar:

In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 15, 2021, virtual. **Atas do XV Encontro de História da Arte**. Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 15, 2021.

DOI: 10.20396/eha.15.2021.4661

Resumo

Neste trabalho discute-se a atuação, organização e os interesses do grupo de portugueses membros de instituições culturais e associações beneficentes radicados no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do XX. Propõe-se remontar brevemente o histórico de formação e atuação de instituições culturais por eles organizadas, com especial ênfase sobre o Real Gabinete Português de Leitura e as exposições de arte nele decorridas. Busca-se estabelecer uma correlação entre os padrões de gosto do grupo e seu projeto estético e ideológico, que pretendia contribuir para reposicionar a identidade nacional Portuguesa em relação ao Brasil.

Palavras-chave: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. José Malhoa. Ramalho Ortigão. Imigração Portuguesa. Comunidades Imaginadas

¹ Doutor em Sociologia (2016-2021) pela Universidade de São Paulo (USP), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Desde pelo menos o evento do traslado da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, constituíram-se por aqui elites burocráticas locais de origem lusitana. Mesmo antes, mas sobretudo no século XIX, após o reconhecimento dado ao Brasil da condição de reino, e ao longo de todo o longo processo de formação do Estado nacional e pelo pós-independência a dentro, uma elite burocrática essencialmente portuguesa ou luso-descendente ocupou os principais cargos no aparato que então se formava tanto na corte quanto nas províncias: eram embaixadores, diplomatas, ministros, entre outros. Eram o que Raymundo Faoro denominou, referenciando Vicente Tapajós, “patriciado administrativo”². Durante décadas a fio, foram elites locais coesas, que não só gozaram do privilégio da instrução, mas fizeram do Estado um instrumento de nobilitação e distinção social.

A eles, no entanto, somaram-se rapidamente ao longo do século XIX outros grupos de portugueses, imigrantes com recursos que investiram e enriqueceram no Brasil: eram industriais, sócios em veículos de imprensa, exportadores e importadores, mas sobretudo comerciantes. Esses grupos, antes privilegiados com subsídios e concessões pelo governo imperial, diante dos fatos e transformações políticas que se anunciavam e se precipitaram no final do século, procuraram maneiras de se perpetuar nos postos de poder, ou próximos a eles, em espaços de influência. Desse modo foi que a estratégia mais amplamente empregada para esse fim foi a de se congregarem em associações beneficentes, profissionais e culturais. Entre as décadas de 1830 e 1910, diversas organizações e associações formadas por e para portugueses surgiram: cooperativas, santas casas, clubes esportivos, etc. Ademais, também foi se constituindo em direção ao Brasil uma imigração portuguesa massiva em fluxo regular, composta majoritariamente por camponeses empobrecidos do interior rural.

A figura social do português que imigrava para o Brasil e enriquecia marcou a segunda metade do século e povoou tanto os imaginários populares, quanto os literários dos dois lados do oceano Atlântico. Foi debatido na crônica de José Duarte Ramalho Ortigão³ e perpassou romances de Júlio Diniz, Camilo Castelo Branco e Eça de Queiroz. Apelidados pejorativamente em Portugal de “brasileiros de torna-viagem”, criaram no Brasil instituições para ações de caridade em saúde (Real Benemerita Sociedade Benefecência Portuguesa do Rio de Janeiro, de 1840), crédito (Caixa de Socorros D. Pedro V, de 1863), moradia, cultura (Real Gabinete Português de Leitura (RGPL), de 1837) e educação (Liceu Literário Português), e sucederam-se na gestão dessas instituições. Em 1873, Alexandre Herculano definiu a figura

² FAORO, R. *Os Donos do Poder. A formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro : Editora Globo, 3a Edição, 2001.

³ ALVES, Jorge F. “O Brasil sob o olhar Europeu de Ramalho Ortigão”, in: *Europa, Atlântico, Mundo – Mobilidades, crises, dinâmicas culturais*. Pensar com Maria Manuela Tavares Ribeiro [Encontro]. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

desse tipo “brasileiro” como “um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico”⁴.

O deslocamento de portugueses para o Brasil se deu de diferentes formas ao longo de toda a colonização, mas especialmente no pós-independência passou a ocorrer com constância e volume crescente⁵. Desse contingente, destaco a parcela que podemos denominar como “elite econômica”. E, conforme indica Marie-Jo Ferreira, no final do século XIX essa “elite dedicou-se com efeito a apagar as diversidades sociais, econômicas e políticas da colônia portuguesa pela elaboração de um discurso de união e de comunhão em torno da afirmação da identidade nacional portuguesa”⁶. É importante destacar, portanto, que era um grupo cujo traço diacrítico era a dupla pertença: apesar de viverem no Brasil, permaneceram vinculados a Portugal, de tal modo que seus investimentos aqui eram, em boa medida e em grande parte das vezes, revertidos material e simbolicamente para lá.

Esse fenômeno de multiplicação de associações lusas não se deu apenas no Rio de Janeiro. Em formatos similares, mas com diferentes fôlegos e durações, surgiram em diversas províncias outros Gabinetes de Leitura, Grêmios Literários e Hospitais Beneficentes. Destaco aqui, por exemplo, o caso do gabinete de São Luís, no Maranhão, do qual fez parte entre os fundadores o português David Gonçalves de Azevedo, vice-cônsul e pai do romancista Aluísio Azevedo.

De todo modo, as características, dinâmicas e as motivações tinham raízes similares: por um lado, um discurso de preservação da cultura de matriz lusa, por outro, esforços pela manutenção contínua de vínculos com Portugal, como se a busca por esse vínculo fosse por si só capaz de assegurar mecanismos de distinção social e visibilidade. Em meio a esses empreendimentos, destacam-se aqueles de cunho especificamente cultural porque, além das características gerais até aqui enunciadas e comuns aos demais, têm a peculiaridade de nos revelar ainda os traços estéticos e simbólicos de um projeto coletivo de imaginação histórica.

Desse ponto em diante, foquemos, por conveniência, sobre o RGPL do Rio de Janeiro, passando brevemente pelo seu contexto de fundação, mas observando com maior atenção os detalhes do projeto de seu edifício. Trata-se de uma instituição criada em 1837 por um grupo bastante específico de imigrantes, cuja vinda para o Brasil estava relacionada às disputas sucessórias em Portugal no contexto

⁴ HERCULANO, Alexandre. “A Emigração (1873-1875)”, in: **Opúsculos. Tomo IV**. Coimbra: Imprensa da Universidade/Viúva Bertrand e Cia. Sucessores Carvalho, [1879] 1983. p.68.

⁵ Mesmo antes 1822, os portugueses no Brasil já se organizavam e se percebiam como grupos apartados na sociedade brasileira. Depois, contudo, esse comportamento tendeu a se acentuar e se organizar em associações regionais, em parte como estratégia de poder, em parte como reação ao antilusitanismo crescente em virtude do contexto político de independência.

⁶ FERREIRA, Marie-Jo. **Os portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX - início do século XX**. Rio de Janeiro: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2007.

de regresso de D. Pedro para requisitar o trono⁷. Eram indivíduos, portanto, fiéis a D. Pedro e à linhagem de Orleans que se refugiaram no Brasil. No entanto, apesar dessa origem situada em um momento de transição política, na consolidação do império brasileiro independente, a instituição formalizada em 1837 só constituiu uma sede própria cinquenta anos depois, em 1887, às vésperas da república.

O grupo que administrava o RGPL entre o final do século XIX e começo do século XX era constituído fundamentalmente por indivíduos com alguma instrução formal, enriquecidos por atividades comerciais ou administrativas no Brasil. Em geral, mantinham um interesse vivo em demonstrar seu sucesso financeiro, resultado de sua imigração. O RGPL foi, sobretudo nessas décadas, sede de diversos eventos, principalmente a partir de 1880 quando organizou as comemorações do tricentenário de Camões⁸ e de 1887, quando inaugurou sua sede com uma grande festa. Vale pontuar, a título de exemplo, que a comemoração do centenário camoniano foi realizada de modo sincronizado por gabinetes portugueses de leitura de diferentes províncias. O do Rio de Janeiro, no entanto, era quem ditava essa agenda comemorativa.

Sobre a construção e inauguração da sede, é possível dizer que foi um marco definitivo na promoção da visibilidade pretendida pelo grupo. Foram cerca de quinze anos de apertos financeiros e sucessivos apelos públicos de auxílio financeiro aos associados até a inauguração. A pedra fundamental foi lançada em 1880, durante as comemorações camonianas, e em 1887, ano da inauguração, a rua Lampadosa passou a se chamar rua Camões. O evento contou com a presença da princesa regente e de seu marido, o Conde d'Eu, de Bethencourt da Silva (então diretor do Liceu de Artes e Ofícios), e de representantes de outras associações portuguesas. Chama a atenção o detalhismo arquitetônico do prédio e suas autorias. A fachada foi composta por todo um conjunto de símbolos: trazida de Lisboa, feita em pedra de cantaria portuguesa, e toda talhada em estilo neomanuelino, emulando os portais do Mosteiro dos Jerônimos⁹.

Segundo correspondência do arquiteto¹⁰, Raphael da Silva e Castro, o projeto ateu-se estritamente às determinações dos encomendantes, a despeito das dimensões limitadas do terreno. As

⁷ AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 62.

⁸ VENÂNCIO, Giselle. "Comemorar Camões e repensar a nação: o discurso de Joaquim Nabuco na festa do tricentenário de morte de Camões no Rio de Janeiro (1880)", in: **Rev. Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 277-290, 2013.

⁹ A escolha do estilo e das referências não é, em nenhum aspecto, aleatória. O mosteiro é uma edificação iniciada no século XV e restaurada no XIX que corporifica a narrativa quase mítica em torno da formação do império colonial português. O estilo arquitetônico neomanuelino materializa nos monumentos e edifícios certo modo de narrar e representar a nação, já que recupera o gótico e o medieval, inserindo-os na composição dos signos da modernidade portuguesa.

¹⁰ Apud. TAVARES, Antônio Rodrigues. **Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977. p. 77.

estátuas e medalhões foram executadas por José Simões de Almeida Júnior, escultor da geração naturalista, ligado ao Grupo do Leão, mais propriamente ao restrito conjunto dos que constituíam o Grupo de Figueiró dos Vinhos¹¹. Os quatro bustos principais representam o poeta Luís de Camões, os navegadores Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, e o rei D. Afonso Henriques. Na data da inauguração, exercia mandato na presidência da instituição Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, comerciante enriquecido, irmão do crítico de arte e literato português José Duarte Ramalho Ortigão.

De certo modo, o RGPL tal como se (re-)fez no século XIX não é um fenômeno isolado. O século XIX foi, em grande medida, esse período de intensa invenção das tradições para Portugal. Inventou-se uma ruralidade, um povo, uma arquitetura, tudo isso alinhavado em narrativas epopeicas. O que se fez por meio do RGPL foi também isso, mas desde o ultramar, o que de algum modo ajudou a sustentar a ideia de um Portugal que persistia como nação em sua empreitada colonial, e que assim se completava fora de seu território.

Adiante, o novo regime político brasileiro, instituído em 1889, não inviabilizou sua atuação (talvez pelo contrário), e com uma comunidade lusitana em crescimento numérico e cuja elite se fortalecia economicamente, a instituição viveu no início do século XX um verdadeiro interlúdio de destaque, em que centralizou as iniciativas e realizações culturais de intelectuais portugueses ou mesmo brasileiros bem relacionados com a comunidade (como eram os casos de Joaquim Nabuco, Olavo Bilac e João do Rio, por exemplo). Ademais, nos seus salões ocorreram as primeiras reuniões da Academia Brasileira de Letras, fundada por Machado de Assis (cunhado de Miguel de Novais, português, colecionador de arte, e sócio do Gabinete), entre outros.

Em 1902, contudo, uma interessante exposição coletiva de artistas portugueses ocorreu não no espaço do RGLP, mas no Liceu de Artes e Ofícios. É mister mencioná-la porque a partir dela é que se reafirma a prática colecionista da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro. A exposição foi largamente noticiada e comentada nos periódicos cariocas e contou com cerca de vinte e seis artistas¹², expressamente aqueles que anos antes constituíam o Grupo do Leão, entre os quais José Malhoa. Vale pontuar ainda que nesse mesmo ano Malhoa executou e expôs em Portugal o retrato do recém-falecido Conde do Alto Mearim por encomenda da Condessa, clientes costumeiros. Neste ponto, é importante lembrar que o conde havia conquistado sua fortuna no Brasil, como sócio de uma grande empresa de comércio e importação, além de ter colaborado com diversas instituições beneficentes, tais como a Caixa

11 Nome pelo qual ficaram conhecidos os artistas portugueses que adotaram a cidade de Figueiró dos Vinhos na passagem do século XIX para o XX como refúgio para exercitar a pintura ao ar livre. Eram os escultores Simões de Almeida (tio e sobrinho), e os pintores Manuel Henrique Pinto e José Malhoa (ver Silveira, 2004).

12 VALLE, Arthur. "Considerações sobre o Acervo de Pintura Portuguesa da Pinacoteca da Escola Nacional de Belas Artes". 19820, Rio de Janeiro, v. VII, 2012. p. 9.

de Socorros, a Beneficência Portuguesa e o próprio RGPL. Recebeu o título de Barão em 1880, e foi elevado a conde somente em 1891. Regressou definitivamente para Portugal em 1893, quando adquiriu seu palacete e ampliou sua coleção de arte.

Ainda sobre a exposição coletiva de 1902, é importante destacar por um lado o teor da crítica artística às obras, e por outro o sucesso do evento em seu propósito de abrir um mercado para os artistas portugueses no Brasil. A crítica, anônima na Revista da Semana, ou de Adolfo Morales de los Rios no Correio da Manhã, teve em comum o critério, mais uma vez medindo a qualidade das obras por suas capacidades de expressarem certo “portuguesismo”. Ademais, foi essa a ocasião em que se formou boa parte do acervo de obras do naturalismo português pertencente hoje ao Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro¹³, quando um novo programa estético encetado pela nova direção vinha sendo implementado para compor o acervo, muito mais devotado aos naturalistas.

É notável, portanto, a relevância desse segmento social para a conformação de um nicho colecionista cujos acervos se dividiam entre Brasil e Portugal. Para atestar a abertura da colônia portuguesa do Rio de Janeiro aos artistas do naturalismo português, devemos mencionar também que já em 1903 Malhoa voltou a enviar duas telas ao Rio de Janeiro, e vendeu ambas, uma a Cambiázo Monteiro, e outra, *Clara* [Figura 1], foi adquirida por um grupo de portugueses residentes na cidade e oferecida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Oliveira de Sá Camelo Lampreia, que nem chegou a ser exposta em Portugal antes de ser vendida¹⁴.

Sobre *Clara*, não é aleatório que Malhoa tenha escolhido produzir representações de personagens dos romances de Júlio Dinis, considerado precursor do naturalismo e do realismo em Portugal. Malhoa procurou sintetizar em imagens certa estrutura de sentimentos sobre a cultura popular tal como se difundia entre as camadas burguesas, alimentando um saudosismo difuso com relação à vida no campo. Malhoa, portanto, articulou visualmente uma estética já assente na literatura, e foi rotinizando maneiras de visualizar e imaginar o camponês que perpassavam a cultura portuguesa nesse período em todas as suas dimensões. Ligeiramente reclinada e descalça, torcendo a roupa com mãos fortes, sutilmente sorridente, arremangada, mas com um volumoso lenço vermelho na cabeça e longas saias folclóricas e coloridas, dispostas em camadas, ela é a figura que sumariza uma ideia difusa de “povo”.

¹³ VALLE, Arthur. “A ‘Exposição de Arte Portuguesa’ no Rio de Janeiro em 1902 e sua recepção”. In: **Fênix. Revista de História e Estudos Culturais**, Vol. 12, Ano XII, no.1, 2015. pp.1-20.

¹⁴ A icônica tela chegou ao acervo permanente do Museu Nacional de Belas Artes de Lisboa por intermédio da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, que a recebeu como doação do banqueiro e colecionador de arte brasileiro Guilherme Guinle (<http://www.museuartecontemporanea.gov.pt/ArtistPieces/view/58>). Falta compreender como ela passou da coleção particular de Lampreia para a posse de Guinle.



Figura 1:

José Malhoa, **Clara**, 1903. Óleo sobre tela, 224x134cm, Museu Nacional de Arte Contemporânea de Lisboa (MNAC).

Nota-se, portanto, que o RGPL desde então passou a acolher e promover exposições artísticas mais comumente. Realizaram exposições individuais na sede do RGPL José Julio de Sousa Pinto (1912), João Vaz (1913) e Carlos Reis (1919). Malhoa, antes dos demais, realizou em 1906 sua exposição individual, com mais de uma centena de obras expostas. Na ocasião, o presidente da instituição era justamente José Vasco Ramalho Ortigão, filho do crítico Ramalho Ortigão, o que ajuda a compreender e a reconstituir algumas redes de relações e a conjecturar as condições de possibilidade de realização do evento.

O primeiro convite para exposições individuais feito justamente a Malhoa é, em alguma medida, também sintomático disso a que chamamos aqui de projeto de reinvenção de Portugal encetado desde o Brasil, uma vez que se deu no exato momento de sua carreira em que passou a ser mais amplamente consagrado e reconhecido pela crítica em função de uma suposta acurácia em representar a nação em suas obras. A exposição é tratada como pioneira pela imprensa portuguesa, um verdadeiro ato de

“reconquista” empreendido pelo artista¹⁵. Os textos atribuíam a realização da exposição e a expectativa em torno dela ao saudosismo da comunidade lusitana imigrante do Rio de Janeiro. O nacionalismo, portanto, crescia como critério de apreciação das obras, mas também como artifício de incitação dos colecionadores e diletantes.

Pelo lado brasileiro, no início de julho diversos jornais cariocas comentaram a vernissage. O Correio da Manhã, por exemplo, começou seu texto exaltando o fato de que enfim a capital brasileira contava com uma exposição de “um artista de valor, já consagrado pela crítica estrangeira”¹⁶. E embora tenha dito que por não ser possível tratar de todas as obras abordaria apenas algumas “a esmo”¹⁷, mencionou de imediato os retratos do rei e da rainha e logo em seguida analisou a tela “Cócegas”, justamente aquela que maior interesse despertou no público e nos colecionadores por ter sido exposta em Paris no ano anterior (fato inclusive mencionado no texto): “uma cena camponesa, esplêndida de naturalidade contida e que parece destacada de uma página realista de Zola. - Seria realmente uma pena que este quadro não ficasse fazendo parte do nosso Museu de Belas Artes”¹⁸. Como se pode perceber, além da exaltação da tela, deflagra-se uma campanha pela aquisição que, afinal, terminará, com muito custo, ficando de fato no acervo da ENBA¹⁹.

Ademais, cabe ressaltar que foi apenas nesse mesmo ano que o RGPL recebeu o título de “Real” pelo rei D. Carlos, o que sugere a renovação dos vínculos da instituição e da comunidade lusa do Rio de Janeiro com o regime político português. Conservador, o grupo era majoritariamente monarquista e não deixou, poucos anos depois, de manifestar contrariedade diante dos fatos que levaram à proclamação da república em Portugal, em 1910.

Enfim, as reflexões e dados correlacionados ao longo da análise pretenderam colaborar para a compreensão dos modos de pertencer e imaginar Portugal produzidos por uma elite econômica imigrante radicada no Brasil. A criação dessa sucessão de eventos culturais revela, por um lado, um esforço dirigido de coordenado de imaginação da comunidade nacional que procurava discriminar heróis e realinhar a narrativa histórica, e por outro, um trabalho de formatação do gosto, em que o bom e o belo eram também diretamente associados ao que podia ser lido como “nacional”.

¹⁵ PINTOR Malhã no Brasil, O. *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, n. 11, II série, 7 de Maio de 1906, pp.329-337.

¹⁶ EXPOSIÇÃO Malhã. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de julho de 1906, p.2.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ VALLE, Arthur. “A ‘Exposição de Arte Portuguesa’ no Rio de Janeiro em 1902 e sua recepção”. In: Fênix. Revista de História e Estudos Culturais, Vol. 12, Ano XII, no.1, 2015.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo : Companhia Das Letras, 2008.

ARAÚJO, Raquel A. de. **Telas que atravessam o Atlântico**: pintura portuguesa no Rio de Janeiro e em São Paulo durante a Primeira República brasileira (1889-1929). Tese de Doutorado. História da Arte Contemporânea. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2018.

ALVES, Jorge F. “O Brasil sob o olhar Europeu de Ramalho Ortigão”, in: **Europa, Atlântico, Mundo – Mobilidades, crises, dinâmicas culturais**. Pensar com Maria Manuela Tavares Ribeiro [Encontro]. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

ARTE Portuguesa. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1902, p. 1.

ARTE Portuguesa na Exposição, **A. Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 1908, p. 3.

AZEVEDO, Artur. “Arte Portuguesa”. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 25 de Julho de 1902.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

BOTELHO, Abel. “Arte portuguesa – A exposição Malhõa”. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 3 de junho de 1906, pp. 2-3.

CHAGAS, João. “Um artista português no Brasil”. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1906, p.1.

DOLORES, Carmen [Emília Moncorvo Bandeira de Melo]. “Impressão de luz”, **O Paiz**, Rio de Janeiro, 26 jul. 1906, p.3.

GONZAGA DUQUE Estrada, Luiz. “Exposição Malhoa”, **Kosmos, Revista Artística, Científica e Literária**. Rio de Janeiro, ano III, n. 7, jul. 1906.

EÇA DE QUEIROZ, J M. de, e ORTIGÃO, J. D. R. **Os brasileiros**. Org. Coelho, E. e Gonçalves, Z. C. Rio de Janeiro : Língua Geral, 2008.

EXPOSIÇÃO de arte portuguesa, **A. Revista da Semana**, Rio de Janeiro, n. 116, 8 de Agosto de 1902, p. 252.

EXPOSIÇÃO de arte portuguesa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 de julho 1902, p. 1.

EXPOSIÇÃO d’arte portuguesa no Brasil, A. **O Dia**, Lisboa, 20 de setembro de 1902, p. 2.

EXPOSIÇÃO Malhõa. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 de julho de 1906, p.2.

EXPOSIÇÃO Malhõa - A Inauguração - O Banquete. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1906, p.1.

EXPOSIÇÃO José Malhõa. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 4 de julho de 1906, p.1.

FAORO, R. **Os Donos do Poder**. A formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro : Editora Globo, 3a Edição, 2001.

FERREIRA, Marie-Jo. **Os portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX - início do século XX**. Rio de Janeiro: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2007.

HERCULANO, Alexandre. “A Emigração (1873-1875)”, in: **Opúsculos**. Tomo IV. Coimbra: Imprensa da Universidade/Viúva Bertrand e Cia. Sucessores Carvalho, [1879] 1983.

JOSÉ MALHÕA. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 30 de março de 1906, p.2.

JOSÉ MALHÕA. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1906, p.1.

JOSÉ Malhõa - Uma Carta de Antonio Parreiras. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1906, p.1.

JOSÉ Malhõa - A sua exposição no Rio de Janeiro. **Brasil-Portugal**, Lisboa, n. 177, 1 jun. 1906, pp. 139-141.

ORTIGÃO, J. D. R. A Arte Portuguesa. Tomo III. **Obra Completa: Crítica e Polêmica**. Lisboa : Livraria Clássica Editora, 1947.

PINTOR Malhõa no Brasil, **A. Ilustração Portuguesa**, Lisboa, n. 11, II série, 7 de Maio de 1906, pp.329-337.
RIOS, Adolpho Morales de los. “Arte Portuguesa”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1902, p. 1.

SILVA, Isabel C. da. “Arquivo pessoal do Conselheiro Camelo Lampreia” in: ROSA, Maria de Lurdes (ed.). **Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?** Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, CHAM – Centro de História de Além-Mar e Editora Caminhos Romanos, 2012.

SILVA, Raquel H. e PATERNOSTRO, Zuzana (orgs). **O Grupo do Leão e o Naturalismo português**. São Paulo: Catálogo de exposição, Pinacoteca do Estado, 1996.

SILVEIRA, Maria de Aires. “Figueiró dos Vinhos no centro de um caleidoscópio naturalista”, in: **A Escola Naturalista de Figueiró dos Vinhos**. [Catálogo] Clube Figueirense – Casa da Cultura. 19 de Junho a 9 de Julho de 2004.

TAVARES, António Rodrigues. **Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977.

VALLE, Arthur. “Considerações sobre o Acervo de Pintura Portuguesa da Pinacoteca da Escola Nacional de Belas Artes”. **19&20**, Rio de Janeiro, v. VII, 2012.

VALLE, Arthur. “A ‘Exposição de Arte Portuguesa’ no Rio de Janeiro em 1902 e sua recepção”. In: **Fênix. Revista de História e Estudos Culturais**, Vol. 12, Ano XII, no.1, 2015. pp.1-20.

VASCONCELLOS, Henrique. “Exposição d’Arte”, **Brasil – Portugal**, Ano 4º, 79, Lisboa, 1 de Maio de 1902, pp.482-488.

VENÂNCIO, Giselle. “Comemorar Camões e repensar a nação: o discurso de Joaquim Nabuco na festa do tricentenário de morte de Camões no Rio de Janeiro (1880)”, in: **Rev. Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 277-290, 2013.

ZAN, João Carlos. **Ramalho Ortigão e o Brasil**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, 2009.